

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

Aprovado por maioria
8 VOTOS a favor - CDU
6 VOTOS CONTRA - PS
1 VOTO CONTRA - BE

Sessão de 13.09.19

A Mesa,

Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes

1 SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2019

2 ATA Nº 03

3
4 Aos vinte e três dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Alcácer do Sal e
5 Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária
6 Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima
7 Martins dos Santos Leite, Primeira Secretária da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, Segundo
8 Secretário da Mesa e os Membros Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva
9 Rocha, António José Freitas Grilo, José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho,
10 Luzia Maria Carvalho Maurício, Gonçalo José Neto Nunes, Maria Antónia Foito Crespo, Rui Damião
11 Conceição da Silva, João Luís Campos Guerreiro, Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Maria
12 Teresa Monteiro Pires Carvalho de Noronha e Castro, António João Bragança Birra (em regime de
13 substituição), Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães
14 Campos, Filomeno Herlander Vieira Braz, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana Helena Carvalho da
15 Silva, Tânia dos Anjos Gamboias Coelho (em regime de substituição do Presidente da União das
16 Freguesias de Alcácer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia de
17 Torrão, Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de
18 Comporta, Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São
19 Martinho.

20
21 Compareceram também Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
22 e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus (Vice-Presidente),
23 Nuno Miguel Besugo Pestana, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos e Gabriel Afonso Leal
24 Geraldo.

25
26 Verificou-se a ausência do Deputado José Manuel Ramos Correia e Arlindo José Paulino de
27 Passos (Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), tendo os mesmos apresentado
28 justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

29
30 Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, após ter sido efetuada pela Primeira Secretária a
31 respetiva chamada, verificou-se a existência de quórum, pelo que a Presidente da Assembleia
32 Municipal declarou aberta a sessão.

36 **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

37

38 A Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do
39 resumo da correspondência.

40 **1 – Expediente.**

41 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de 1
42 de março de 2019 a 22 de abril de 2019, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando a
43 mesma arquivada em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

44

45 **2 - Análise e votação de Atas.**

46 A Presidente da Assembleia colocou a Ata da sessão realizada em 25 de janeiro de 2019 a
47 votação.

48 - **A Ata nº 01, de 25 de janeiro de 2019 foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor da CDU, 4**
49 **votos contra PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

50 A Presidente da Assembleia colocou a Ata da sessão realizada em 28 de fevereiro de 2019 a
51 votação.

52 - **A Ata nº 02, de 28 de fevereiro de 2019 foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor da CDU, 5**
53 **votos contra do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

54

55 A Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa seis Moções.

56

57 - Moção “A” (*Pela Reposição das Freguesias*), apresentada pelos Deputados da CDU;

58 - Moção “B” (*Pelo Direito ao Transporte Público Mais Barato e Acessível*), apresentada pelos
59 Deputados da CDU;

60 - Moção “C” (*25 de Abril e 1º de Maio*), apresentada pelos Deputados da CDU;

61 - Moção “D” (*Mais Próximos dos Cidadãos*), apresentada pelos Deputados do PS;

62 - Moção “E” (*25 de Abril e 1º de Maio*), apresentada pelos Deputados do PS;

63 - Moção “F” (*Acesso aos Cuidados de Saúde no Litoral Alentejano*), apresentada pelos Deputados
64 da CDU.

65

66 A Presidente da Assembleia informou que algumas Moções ainda estavam a ser fotocopiadas.

67 O Deputado Filomeno Herlander sugeriu que as Moções fossem enviadas por email a todos os
68 deputados atempadamente, para se evitar situações de espera.

69 A Presidente da Assembleia disse que era pertinente a sugestão do Deputado e pediu aos Líderes
70 de Bancada que se pronunciassem sobre a sugestão feita.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

- 71 O Deputado José Balona disse que concordava com a sugestão, mas que as Moções deveriam ser
72 primeiro analisadas pela Mesa da Assembleia.
- 73 O Deputado Serafim Inocência declarou que poderiam enviar as Moções para a Presidente da
74 Assembleia, mas, para isso, deveriam definir qual o tempo para a entrega dos documentos e cada
75 estrutura devia receber atempadamente a documentação.
- 76 A Deputada Mariana Caixeirinho afirmou não concordar com a sugestão do Deputado Filomeno
77 Braz, sendo que as Moções eram estratégias políticas de cada grupo de bancada e, segundo o
78 Regimento da Assembleia Municipal, existe tempo consignado para a entrega de Moções, sendo
79 que não fazia sentido a entrega das mesmas antes das sessões.
- 80 O Deputado José Balona disse que concordava com o Deputado Serafim Inocência e propunha
81 que a entrega das Moções fosse feita até vinte e quatro horas antes das sessões, sendo que
82 poderiam existir situações pontuais em que fossem entregues na hora das sessões.
- 83 O Deputado Ricardo Campos sugeriu que Moções fossem classificadas, conforme a hora de
84 chegada à Mesa da Assembleia.
- 85 O Deputado Serafim Inocência sugeriu que as Moções fossem enviadas até às 17 horas do dia da
86 sessão.
- 87 A Presidente da Assembleia esclareceu que as Moções eram classificadas conforme a hora de
88 chegada à Mesa da Assembleia.
- 89 O Deputado Filomeno Braz disse que não se podia ir contra o Regimento da Assembleia Municipal,
90 que as Moções continuariam a ser entregues no início de cada sessão e que tinha sido apenas
91 uma sugestão dar primeiramente conhecimento a todos os deputados.
- 92 O Deputado Serafim Inocência pediu cinco minutos para conferenciar com os colegas de bancada.
93 A Presidente da Assembleia Municipal concedeu cinco minutos à Bancada do PS.
- 94 O Deputado Serafim Inocência declarou que, por agora, iriam continuar a proceder como sempre
95 tinham feito.
- 96 O Deputado José Balona disse que era uma questão que poderia ser discutida nas próximas
97 sessões.
- 98 A Presidente da Assembleia disse que o assunto poderia ser discutido numa reunião mais restrita.
99
- 100 A Moção "A" (*Pela Reposição das Freguesias*), apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pela
101 Deputada Tânia Coelho e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata,
102 da mesma fazendo parte integrante.
- 103
- 104 A Presidente da Assembleia colocou a Moção "A" a discussão.



105 **Intervenções:**

106 O Deputado Filomeno Braz disse que, relativamente à reposição das freguesias, deveria fazer-se
107 um estudo sério sobre se existiam freguesias que deveriam manter-se ou não e que iria votar a
108 favor por uma questão de princípio.

109 O Deputado António Grilo disse que a reposição das freguesias deveria acontecer com algum
110 critério, dado que a mesma promovia a proximidade aos cidadãos, sendo a participação das
111 pessoas cada vez mais reduzida. Ao levar-se o poder de decisão para junto dos munícipes,
112 nomeadamente através dos órgãos autárquicos, como uma junta de freguesia, estaria a promover-
113 se a participação das pessoas e a fomentar a cidadania ativa. Terminou dizendo que iria votar a
114 favor.

115 A Deputada Mariana Caixeirinho afirmou que concordava com a Moção e, tendo em conta que
116 aquando da união das freguesias tinha votado contra essa decisão, uma vez que não se tinha tido
117 em conta fatores como a dimensão do território, entre outros, por uma questão de princípio iria
118 votar favoravelmente a Moção em causa.

119 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “A” a votação.

120 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

121

122 A Moção “B” (*Pelo Direito ao Transporte Público Mais Barato e Acessível*), apresentada pelos
123 Deputados da CDU, foi lida pelo Deputado Ricardo Campos e aqui se dá como reproduzida e
124 transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

125

126 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “B” a discussão.

127

128 **Intervenções:**

129 O Deputado Filomeno Braz disse que o táxi também era um transporte público e que não o
130 estavam a abranger na Moção.

131 O Deputado José Balona referiu que era uma questão de linguagem, relativamente ao título da
132 Moção e que o táxi, na maioria das vezes, era quase um transporte individual.

133 O Deputado Filomeno Herlander declarou que o táxi era um transporte público.

134 O Deputado Rui Silva disse que tinha sido com o trabalho do Partido Socialista que se tinha
135 conseguido esta grande vitória, para a economia e para a vida das pessoas. Afirmou que não tinha
136 sido trabalho da CDU e que era uma vitória da maioria das câmaras socialistas da Área
137 Metropolitana de Lisboa. Concluiu dizendo que se iriam abster e que as câmaras do Litoral
138 Alentejano deveriam de fazer o mesmo que as da área Metropolitana de Lisboa.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

139 O Deputado Ricardo Campos referiu que os eleitos da CDU, em 2001, criaram o transporte urbano
140 em Alcácer do Sal (inserido no Plano de Mobilidade) e que este tinha sido desmantelado a partir do
141 ano de 2006, os autocarros foram entregues a empresas privadas e, após cerca de dois ou três
142 anos, tinham sido desmantelados pelo Partido Socialista.

143 A Presidente da Assembleia pediu aos deputados que tivessem atenção aos tempos.

144 O Deputado António Grilo disse que a CDU estava a tentar tirar os louros como um todo
145 relativamente ao Plano de Mobilidade e que o mesmo fazia realmente falta. Assim, questionava o
146 porquê de em seis anos o executivo CDU não ter feito nada para reverter essa situação, dado que
147 existia um problema de mobilidade.

148 O Deputado Ricardo Campos respondeu que essa situação deve-se aos três metros de largura
149 com que a marginal ficou após o Projeto Ruas: o mesmo não previu uma única paragem de
150 autocarros, além de pôr em causa um próximo projeto de mobilidade, pois não se consegue
151 reverter a situação da marginal, já que foi um projeto candidatado a financiamento.

152 O Deputado Serafim Inocêncio disse que não sabia que o problema da mobilidade em Alcácer do
153 Sal se devia ao Projeto Ruas.

154

155 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “B” a votação.

156 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS, 1 voto a**
157 **favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

158

159 A Moção “C” (*25 de Abril e 1º de Maio*), apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pela
160 Deputada Luzia Carvalho e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata,
161 da mesma fazendo parte integrante.

162

163 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “C” a discussão.

164

165 Intervenções:

166 O Deputado Jacinto Vinagre disse que todos os partidos políticos tinham a sua quota de
167 responsabilidade perante o 25 de Abril, mas o PCP era o partido político que tinha sido coerente ao
168 longo dos quarenta e cinco anos.

169

170 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “C” a votação.

171 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 3 abstenções do PS, 7 votos a**
172 **favor do PS, 1 voto a contra da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

173 A Moção “D” (*Mais Próximos dos Cidadãos*), apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pelo
174 Deputado António Grilo e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata,
175 da mesma fazendo parte integrante.

176

177 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “D” a discussão.

178

179 **Intervenções:**

180 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que se deveria fazer um esforço de proximidade perante a
181 população, para uma maior transparência, divulgação e uma maior participação nos atos políticos.
182 Referiu que já tinham proposto que as sessões das assembleias fossem transmitidas em direto,
183 sendo que era uma forma de divulgação.

184 O Deputado António Grilo afirmou que era uma decisão exclusiva do órgão autárquico (Assembleia
185 Municipal), sendo que as pessoas não participavam e existia um afastamento e descredibilização
186 do trabalho dos eleitos nos vários órgãos. Defendeu que deveriam criar-se ações e medidas que
187 minimizem esse impacto negativo e dar a palavra às pessoas, levando as sessões da Assembleia
188 Municipal a outros lugares do concelho. O Deputado solicitou ainda à Presidente da Assembleia a
189 sua opinião sobre o assunto que estava a ser discutido.

190 A Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Deolinda Florêncio declarou que concordava na
191 generalidade com a Moção apresentada pelo PS. Saliu a fraquíssima participação dos
192 cidadãos nos órgãos municipais e que, nas reuniões de freguesia de Comporta, os eleitos do PS
193 raramente compareciam, mas tinham sido eleitos para representar as populações.

194 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho mencionou a Moção
195 apresentada pelo PS e afirmou que concordava quando a mesma referia o alheamento da
196 população mais jovem, indicando ainda que na Freguesia que presidia tinham sido eleitos dois
197 membros do PS, tinham tomado posse, mas, a partir daí, não tinham comparecido a nenhuma
198 sessão da Assembleia de Freguesia. Referiu ainda que no futuro deveria existir uma maior
199 responsabilidade na escolha de deputados, para que haja uma maior participação quer dos eleitos,
200 quer da população.

201 O Deputado Gonçalo Nunes disse que a política era feita por pessoas e para as pessoas, logo
202 todas as medidas que possam aproximar a população das decisões políticas eram bem-vindas.
203 Sugeriu que deveria alterar-se o período de intervenção do público para o início da sessão da
204 Assembleia Municipal, uma vez que não fazia sentido os munícipes estarem até às 2 horas da
205 manhã para poderem intervir. Referiu ainda que se deveria evitar marcar as sessões da
206 Assembleia Municipal nas vésperas de dias de trabalho.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

207 A Presidente da Assembleia respondeu que, por norma, as sessões da Assembleia Municipal eram
208 marcadas às sextas-feiras, mas devido aos festejos do 25 de Abril não tinha sido possível marcar a
209 mesma para uma sexta-feira.

210 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que a presença dos eleitos era importante, mas que a
211 presença da população era essencial e que como não tinham nada a esconder e era um órgão
212 público, tinham como dever tentar aproximar a população dos órgãos de decisão.

213 O Deputado José Balona referiu que concordavam com a descentralização das sessões das
214 Assembleias, sendo que no passado tal já tinha sido feito - algumas com sucesso, outras nem
215 tanto. Concluiu dizendo que a pouca participação dos cidadãos não era a nível local, mas sim
216 nacional e a prova disso era o nível de abstenção nos atos eleitorais.

217 A Presidente da Assembleia chamou a atenção para o tempo.

218 O Deputado António Grilo recordou que a Presidente da Assembleia tinha dito anteriormente que
219 não existia contagem de tempo aquando das Moções.

220 A Presidente da Assembleia disse que a leitura das Moções ficaria ao critério de cada bancada e
221 que ainda existiam três Moções a serem discutidas.

222 A Deputada Ana Helena Carvalho disse que já tinham feitas sessões descentralizadas e que
223 tinham resultado muito bem, sendo que as salas tinham enchido nas localidades de Santa Susana,
224 Torrão e Casebres.

225 A Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Deolinda Florêncio disse que com a sua
226 intervenção não tinha querido minimizar a Moção apresentada pelo PS, mas que os eleitos
227 deveriam dar o exemplo nos órgãos para o qual tinham sido eleitos.

228 O Deputado António Grilo referiu que os eleitos deveriam trabalhar em prol do que era um
229 problema identificado e que se existiam pessoas eleitas que por algum motivo tinham perdido o
230 mandato, as mesmas não tinham forma de defender-se uma vez que não estavam presentes.
231 Terminou dizendo que este não era o fórum para se discutir essas questões.

232 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho contrapôs que o
233 Deputado António Grilo tinha feito várias intervenções que estavam fora do contexto e que,
234 aquando da sua intervenção, não tinha feito referência a nomes.

235 A Presidente da Assembleia disse que vários Deputados referiram que a intervenção do público
236 deveria ser no início e não no fim, mas queriam dar oportunidade aos munícipes de intervirem
237 consoante os temas debatidos. Relativamente à descentralização das sessões das assembleias,
238 declarou que estava de acordo, mas deveriam levar uma discussão que dignificasse o órgão e que,
239 por vezes, isso não acontecia. Apesar disso, a Mesa da Assembleia estava a ponderar
240 descentralizar as mesmas, quando as condições estivessem reunidas.

241
242 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “D” a votação.

243 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

244
245 A Moção “E” (*25 de Abril e 1º de Maio*), apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pela Deputada
246 Ana Maria Guerreiro e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da
247 mesma fazendo parte integrante.

248
249 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “E” a discussão.

250
251 **Intervenções:**

252 O Deputado Filomeno Braz questionou a Bancada do PS sobre as reformas laborais referidas na
253 moção e se estava incluída a manutenção dos acordos coletivos de trabalho.

254 O Deputado Rui Silva disse que a referência às reformas laborais na moção vinha na sequência da
255 luta dos trabalhadores nas ruas de Chicago, pelo que o que o Deputado tinha referido não se
256 enquadrava na discussão da moção.

257
258 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “E” a votação.

259 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

260
261 A Moção “F” (*Acesso aos cuidados de saúde no Litoral Alentejano*), apresentada pelos Deputados
262 da CDU, foi lido pelo Deputado Manuel Rocha e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
263 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

264
265 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “E” a discussão.

266
267 **Intervenções:**

268 A 1ª Secretária da Mesa, Fátima Leite referiu-se ao barulho na sala quando alguém estava a
269 intervir, pois deveria estar-se atento e respeitar quem estava a falar.

270 O Deputado Serafim Inocência disse que o reparo deveria ser para todos os Deputados.
271 Relativamente à Moção, afirmou que se revia na maior parte da mesma, exceto no parágrafo que
272 se referia ao Bastonário da Ordem dos Médicos; assim não iriam votar favoravelmente – só o
273 fariam se o mesmo fosse alterado.

274 O Deputado Jacinto Vinagre disse que o conteúdo da Moção só continha factos que eram
275 constatados diariamente. Relativamente ao parágrafo referente ao Bastonário da Ordem dos
276 Médicos, era a opinião do mesmo em relação à Ministra da Saúde e era um facto concreto.
277 Concluiu dizendo que a Moção fazia todo o sentido e que se deveria votar favoravelmente.

278 O Deputado Rui Silva referiu a questão do SIV, um trabalho que deveria ser feito em conjunto para
279 que a vinda do SIV para o concelho fosse uma realidade, e referiu que estavam a fazer esse
280 trabalho junto dos deputados na Assembleia da República. Relativamente aos médicos disse que
281 estes eram o problema, dado que não queriam fazer parte da solução. Saliu ainda a dificuldade
282 que o Ministério da Saúde tinha em colocar médicos no Hospital do Litoral Alentejano, sendo que
283 os mesmos não queriam ser colocados neste hospital. O Deputado concluiu dizendo que o
284 problema era dos médicos.

285 O Deputado Manuel Rocha disse que era uma citação e que a função da Moção não era julgar os
286 médicos. Relativamente à SIV declarou que, até ao momento, nem a Comissão de Utentes, nem a
287 CIMAL tinham conseguido agendar uma reunião com a Ministra da Saúde, ao contrário do ministro
288 anterior.

289 O Deputado José Balona referiu que tinha sido uma citação do Bastonário da Ordem dos Médicos.
290 Pediu ao Deputado Rui Silva para esclarecer o que havia dito na sua intervenção - que a culpa era
291 dos médicos.

292 O Deputado Rui Silva disse que o problema do Hospital do Litoral Alentejano não era só dos
293 médicos e que votariam a favor se fossem retirados os dois parágrafos, pois os médicos não
294 queriam fazer parte da solução, eram eles o problema.

295 O Deputado José Balona recordou que, há precisamente um ano, tinham aprovado uma moção
296 idêntica apresentada pelo PS.

297 O Deputado Gonçalo Nunes disse que a moção estava muito bem concebida. Contudo, ao colocar-
298 se a citação do Bastonário da Ordem dos Médicos, a mesma perdia eficácia. Assim, não deveria
299 analisar-se somente do ponto de vista meramente político - era importante denunciar que a Ministra
300 da Saúde ainda não tinha recebido nem a Comissão de Utentes, nem a CIMAL. Concluiu dizendo
301 que a Moção teria mais eficácia se fosse aprovada por unanimidade.

302 O Deputado Serafim Inocêncio salientou que o ponto fulcral da Moção era a Ministra da Saúde
303 ainda não ter recebido a CIMAL ou a Comissão de Utentes, sendo que a afirmação do bastonário
304 da Ordem dos Médicos não tinha a ver com as condições do Hospital do Litoral Alentejano.

305 O Deputado Filomeno Braz referiu que o Ministério das Finanças era quem mandava nos outros
306 ministérios e que deveria chegar-se a um consenso. Percebia a posição PS, ao não querer atacar a

307 Ministra da Saúde, mas se a moção não contivesse o parágrafo referente à Ministra da Saúde,
308 ficaria fraca.

309 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho disse que concordava
310 com as declarações do Bastonário da Ordem dos Médicos, pois encaixavam perfeitamente na
311 funcionalidade do que era o Hospital do Litoral Alentejano e que a responsável era a Ministra da
312 Saúde.

313 O Deputado Manuel Rocha disse que o conteúdo integral da Moção é que era importante, não uma
314 citação e iria ser posta assim à votação.

315
316 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “E” a votação.

317 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS, 1**
318 **abstenção da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

319

320

321 INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO _____

322

323 A Presidente da Assembleia disse que tinha sido uma discussão útil, mas teriam de controlar o
324 tempo e, assim, pediu aos deputados que fossem o mais sucintos possível na interpelação ao
325 executivo.

326

327 O Deputado Serafim Inocêncio referiu um ranking que tinha sido publicado na página de Facebook
328 do município segundo o qual o município tinha subido dois lugares no turismo visitado. Contudo,
329 olhando para os cinco concelhos do Litoral Alentejano, Alcácer tinha ficado em último lugar, sendo
330 que era um concelho com um potencial incrível, mas algo estava a falhar. O Deputado referiu ainda
331 um estudo sobre a saúde e segurança, em que tinha havido um aumento da criminalidade, e
332 questionou o Presidente se tinha conhecimento do estudo e quais os fatores a jusante da situação.
333 Concluiu dizendo que Alcácer do Sal não era uma marca forte perante o Litoral Alentejano.

334 O Deputado Rui Silva congratulou o executivo municipal devido à colocação de novos contentores
335 do lixo e dispensadores de sacos para dejetos caninos e sugeriu que fosse acompanhada de uma
336 campanha para os munícipes ficarem mais sensibilizados para a utilização dos sacos para dejetos,
337 a exemplo do que tinha sido feito pelo executivo PS. Relativamente ao estacionamento abusivo, e
338 como já tinha referido em sessões anteriores, a situação continuava igual, tal como a falta de
339 limpeza da área envolvente ao castelo, que era o cartão de visita da cidade. O Deputado referiu
340 que na página de Facebook da Câmara eram apagados comentários desfavoráveis ao executivo e

341 isso era censura. Disse ainda que já tinha sido sugerido em sessões anteriores a transmissão das
342 sessões da Assembleia Municipal on-line e que nunca tinha sido aceite.

343 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho congratulou o executivo municipal
344 pelo sucesso do evento Torrão Doce, mas referiu que o espaço onde se tinha realizado
345 necessitava de ser reparado urgentemente e que, de futuro, deveria existir um maior cuidado.

346 A Deputado Ana Helena Carvalho colocou várias questões, entre elas: a pouca indicação para as
347 praias, pois não estavam bem sinalizadas; o wi-fi que não estava a funcionar; o encerramento do
348 Posto de Turismo aos feriados, sendo que se encontravam muitas pessoas de fora em Alcácer do
349 Sal. Referiu ainda que o Parque Desportivo encontrava-se com muito lixo e muitas ervas.

350 O Deputado Gonçalo Nunes referiu mais uma vez a temática da microbiológica que assola o rio
351 Sado e, sabendo que o Presidente da Câmara tinha estado recentemente na Carrasqueira,
352 perguntou se algum pescador também o tinha abordado sobre esse problema, pois era uma
353 questão que afetava toda a população e não um problema exclusivo da comunidade piscatória. O
354 Deputado indagou ainda, e tendo em conta as últimas chuvas, qual era a situação da reserva de
355 água nas barragens.

356 O Deputado Filomeno Braz referiu que deveria existir mais investimento em coisas que realmente
357 fossem produtivas e fixassem a população.

358 A Deputada Maria Antónia Crespo felicitou o executivo municipal pelo êxito da inauguração do
359 Museu Municipal, pois tinha sido um projeto de raiz que tinha sido alvo de uma profunda ação de
360 requalificação.

361 O Deputado José Balona referiu que a iniciativa Torrão Doce deixou marcas no pavimento e no
362 jardim, situação que iria ser corrigida e que, de futuro, o município teria em conta. No entanto, havia
363 a salientar que este evento tinha valorizado muito a vila do Torrão, quer a nível dos participantes na
364 iniciativa, quer a nível de visitantes.

365 A Deputada Luzia Carvalho referiu que a Universidade Sénior era uma resposta social do Município
366 em que o mesmo tinha investido bastante e contava com cerca de cem alunos e vinte professores
367 voluntários, numa partilha muito importante de saberes. No passado dia dezasseis de abril, a
368 Universidade Sénior tinha celebrado dez anos de existência com uma iniciativa de rua, com grande
369 envolvimento dos utentes, dos professores e da população em geral, sendo que nesse evento
370 estiverem presentes mais quatrocentas pessoas de outras Universidades Sénior e tunas. Assim,
371 quis dar os parabéns ao executivo pelo grande apoio dado a esta resposta social e a toda a equipa
372 da Universidade Sénior que se tinham envolvido nesta iniciativa.

373 A Deputa Tânia Coelho disse que queria valorizar a inauguração do Centro Comunitário de Santa
374 Catarina, que tinha sido executado com o apoio da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e da União

375 de Freguesias de Alcácer do Sal. Tinha sido uma promessa do executivo PS que não tinha sido
376 cumprida: esse executivo tinha feito um projeto, tinha-o submetido a financiamento (que tinha
377 chegado à Junta de Freguesia), mas, como na altura perderam as eleições, o executivo teve de
378 devolver o dinheiro do financiamento. Terminou dizendo que o atual executivo tinha feito um projeto
379 de raiz, tinha conseguido pô-lo em prática e concluí-lo.

380 Relativamente à colocação de novos caixotes do lixo com dispensadores de sacos que tinha sido
381 referido pelo Deputado Rui Silva, a Deputada disse que era uma questão muito importante, sendo
382 que a União de Freguesias de Alcácer do Sal tinha feito uma caminhada em parceria com a
383 Associação Focinho's com o intuito de sensibilizar as pessoas para esse problema.

384 A Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Deolinda Florêncio disse que queria valorizar
385 todo o trabalho que o executivo municipal tinha feito por todo o concelho, mas especialmente o
386 passadiço do Cais Palafítico da Carrasqueira, uma obra que dignificava o trabalho de quem todos
387 os dias precisa de utilizá-lo na faina da pesca e que dava segurança a quem o visitava.

388 A Deputada Mafalda Panoias questionou se o sistema da estação elevatória estava a funcionar
389 corretamente, pois havia dias em que o cheiro era nauseabundo na marginal. Referiu que os
390 espaços verdes não tinham manutenção, apesar da contratação de muitos assistentes
391 operacionais, de algumas delegações de competências nas juntas de freguesia e também da
392 contratação de uma empresa para fazer a limpeza dos espaços públicos. Indagou ainda se alguém
393 iria explorar o bar das piscinas municipais, uma vez que se estava quase no verão e o parque de
394 Campismo estava sempre lotado.

395 O Presidente da Câmara mencionou o ranking que tinha sido publicado no Facebook. Disse que os
396 mesmos valiam o que valiam - pois não sabiam quais os interesses que existiam por trás desses
397 rankings, apesar de terem alguns elementos com interesse -, e que nesse momento Alcácer do Sal
398 estava a reforçar a oferta de camas turísticas: estava em construção um hotel de quatro estrelas na
399 cidade, que poderá atingir um limite máximo de duzentas camas turísticas; a ampliação da unidade
400 hoteleira da Barrosinha, que ficará com trinta e sete quartos; uma duplicação de camas no hotel da
401 Barragem de Vale de Gaio e vários projetos a nível de alojamento local. Uma componente
402 importante para ranking era o alojamento. O autarca afirmou que iria continuar-se a qualificar o
403 concelho e a sede do concelho para dar mais condições aos visitantes e, assim, os resultados iriam
404 melhorar.

405 Relativamente à criminalidade, o Presidente da Câmara referiu que eram verdade as afirmações do
406 Deputado Serafim Inocêncio e que tinham entregado um memorando ao Ministro da Administração
407 Interna, pois existiam: problemas nos quartéis da GNR; um défice de efetivos em Alcácer do Sal,

408 Torrão e Comporta; e um défice de viaturas nos três quarteis. Assim sendo, iriam continuar a
409 colocar a questão do reforço dos efetivos de segurança para melhorar o combate à criminalidade.
410 O Presidente da Câmara informou que iria entrar em funções o Concelho Municipal de Segurança,
411 pois já tinham solicitado às várias entidades que indicassem os seus representantes.
412 Em relação ao evento Torrão Doce, disse que tinha sido uma iniciativa com dezassete
413 participantes, alguns do Torrão, outros de fora. Tinha existido a participação de todos os grupos
414 corais do Torrão e a adesão da população do Torrão tinha sido muito positiva.
415 Relativamente à questão de wi-fi, o Presidente da Câmara mencionou que existiam problemas com
416 o wi-fi e o Município estava nesse momento em processo de aquisição de UPS para resolver o
417 assunto.
418 O Presidente da Câmara referiu que, em relação aos microbiológicos do rio Sado, tinha estado
419 recentemente na Carrasqueira e que tinha questionado algumas pessoas sobre essa matéria. O
420 que foi respondido era que existia uma outra situação, de alguns organismos públicos proibirem a
421 apanha de algumas espécies de bivalves. Relativamente à seca, as reservas estavam acima dos
422 cinquenta por cento, sendo que estava garantida cerca de oitenta a oitenta e cinco por cento da
423 produção de arroz com o abastecimento das barragens do Pego do Altar e Vale do Gaio.
424 A Presidente da Assembleia reforçou que os deputados deveriam manter-se em silêncio aquando
425 das intervenções.
426 O Presidente da Câmara referiu que as obras do parque urbano eram indispensáveis para Alcácer
427 do Sal, pois toda a envolvente à Associação de Regantes era vergonhosa e, assim, o que estava a
428 ser feito era um novo parque de feiras e um parque urbano, para serem usufruídos por quem nos
429 visita e por quem aqui vive.
430 Relativamente à Universidade Sénior, o Presidente da Câmara deu os parabéns aos professores,
431 aos alunos e aos que a têm mantido.
432 O Presidente da Câmara referiu ainda que o Centro de Dia de Santa Catarina não tinha sido uma
433 promessa deste executivo, mas que tinha contactado com as pessoas da aldeia aquando das
434 festas de Santa Catarina no sentido de apoiar a iniciativa e assim, em conjunto com a União de
435 Freguesias, tinham conseguido tornar o centro numa realidade.
436 O Vereador Nuno Pestana referiu que estavam a tentar ceder o espaço do bar das Piscinas
437 Municipais de uma forma legal e que existia a intenção de o ceder ao Atlético Clube Alcacerense.
438 Mencionou ainda que no Parque Desportivo encontrava-se, por vezes, num sítio específico restos
439 de resíduos dos espaços verdes, que eram depois recolhidos; não obstante, o Parque Desportivo
440 estava em condições de ser visitado, sendo que tinha existido algum investimento na colocação de
441 cadeiras novas e reforço de iluminação do campo desportivo.



442 A Vereadora Ana Luísa Soares referiu que o sistema da estação elevatória da marginal era gerido
443 pelas Águas Públicas do Alentejo e que quando existiam anomalias eram reportadas à empresa,
444 acrescentando ainda que, de momento, estavam a fazer um investimento no sistema de
445 odorização. A nível dos espaços verdes e da recolha de resíduos, salientou que os funcionários
446 esforçavam-se e concordava que deveriam concretizar-se ações de sensibilização.

447 A Presidente da Assembleia disse que dado o avançado da hora e o facto de terem sido
448 apresentadas seis Moções, iria dar somente duas intervenções por bancada e pedia que fossem
449 sucintas.

450

451 A Presidente da Assembleia informou que era meia-noite e, assim, colocou em aprovação a
452 continuidade da sessão.

453 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 9 votos a favor do PS, 1 voto**
454 **contra do PS, 1 voto contra da Coligação "Viver Alcácer" e 1 voto a favor do BE.**

455

456 O Deputado Rui Silva disse que não tinha obtido resposta relativamente à questão colocada da
457 página oficial do Facebook da Câmara, e que iriam comemorar o 25 de Abril, mas existia censura
458 no município. Referiu que tinha sido o executivo PS que tinha iniciado as festas de Santa Catarina
459 e que a Universidade Sénior também tinha sido uma iniciativa do executivo PS, pelo que deveria
460 dar-se o mérito a quem era devido.

461 O Deputado Gonçalo Nunes disse que, ao ouvir a resposta do Presidente da Câmara à sua
462 questão, ficava com a sensação de que o edil trazia problemas que não existiam e que quando os
463 pescadores tinham mencionado que existiam organismos públicos que proibiam a captura de
464 alguns bivalves, essa interdição devia-se a problemas microbiológicos que tinham origem em
465 descargas de ETAR's não controladas. A ajuda que o município poderia dar à população piscatória
466 era detetar a origem das descargas. Terminou questionando se o executivo tinha vontade política
467 para resolver esta questão, se tinha meios para o fazer e se aceitava a sua colaboração.

468 A Deputada Luzia Carvalho mencionou que, na sua intervenção relativamente à Universidade
469 Sénior, tinha referido que este executivo municipal tinha abraçado o projeto da Universidade
470 Sénior, tinha-o feito crescer e que era apanágio dos eleitos da CDU quanto ao que estava bem
471 feito, abraçarem e melhorarem. Terminou lamentando a forma como alguns deputados
472 interpelavam quer a Presidente da Assembleia, quer o Presidente da Câmara e Vereadores
473 presentes, o que não dignificava o trabalho enquanto eleitos autárquicos e o órgão.

474 A Deputada Teresa Carvalho disse que, em relação à seca, o Presidente da Câmara já tinha
475 respondido que este ano não haveria problemas em relação à rega dos campos e que seria feita

476 quase toda a cultura do arroz; no entanto, para o próximo ano o canal de rega iria ser todo
477 intervencionado. Sendo difícil encontrar uma alternativa ao arroz, e dado que existiam muitas
478 famílias dependentes exclusivamente da produção de arroz, apelou ao Presidente da Câmara que,
479 junto do Governo, intercedesse no sentido de se encontrar uma solução, nomeadamente através
480 da atribuição de subsídios e isenção da segurança social desses agricultores.

481 A Deputada Tânia Coelho frisou não ter referido que tinha sido o atual executivo da União das
482 Freguesias de Alcácer do Sal que tinha iniciado as festas de Santa Catarina, mas que tinha sido
483 este executivo quem tinha feito a obra e inaugurado o Centro Comunitário de Santa Catarina, pois
484 o executivo anterior - que era PS-, tinha submetido o projeto a uma candidatura, que tinha sido
485 aceite, e o dinheiro tinha efetivamente chegado à junta de freguesia, mas com a entrada do
486 executivo CDU surgiu a anulação da candidatura e o pedido de devolução do dinheiro já recebido.
487 O Presidente da Câmara afirmou que teria de existir sustentabilidade quando se colocavam as
488 questões, referindo-se à intervenção do Deputado Gonçalo Nunes. Relativamente à seca e obras
489 no canal, o Presidente da Câmara mencionou que a Associação de Regantes e Vale do Sado tinha
490 alcançado uma grande vitória ao conseguir financiamento para a reparação do canal e que, nesse
491 momento, já tinha lançado um concurso internacional para a concretização da obra, sendo que
492 teriam de existir alternativas para os agricultores no período da obra.

493

494

495 **ORDEM DO DIA**

496

497

498 ***01 - Análise e votação da proposta referente à contratação de empréstimos de médio e longo prazo***
499 ***– para financiamento de investimentos;*** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia
500 11/04/2019)

501 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

502 **Intervenções:**

503 O Deputado António Grilo disse que percebia que existia a opção política de fazer investimento
504 local onde o resultado eleitoral não tinha sido o mais favorável. Contudo, ao olhar para os recursos
505 municipais e considerar investir cerca de cinco milhões de euros para desenvolver o território -
506 partindo do princípio que um parque de feiras e um estacionamento (Interface) trarão retorno para
507 as populações e contribuirão de forma direta para a melhoria da qualidade de vida das pessoas -, o
508 Deputado questionou qual o prazo do empréstimo e quantos anos o mesmo estaria ativo (existindo
509 um prazo de carência de dois anos), sendo que os próximos orçamento poderiam vir a ser
510 prejudicados.

511 O Presidente da Câmara disse que existiam aqueles que queriam avançar com a obra pública para
512 qualificar Alcácer do Sal, sendo que estes investimentos eram importantes e que tinham sido
513 assumidos politicamente, do ponto de vista eleitoral, e tinham sido escrutinados pela população.
514 Relativamente às duas intervenções, estavam seguros que a maioria da população de Alcácer do
515 Sal simpatiza e vai querer ver a obra terminada. Quando estiver concluída, será uma sede de
516 concelho mais bonita, mais atraente e mais confortável para quem cá vive e para quem nos visita.

517 O Presidente da Câmara referiu que o investimento total, nos dois projetos, é de cerca quatro
518 milhões e oitocentos mil euros, o investimento ilegível aprovado foi de quatro milhões e
519 quatrocentos e sessenta mil euros e o investimento FEDER será de três milhões, setecentos e
520 noventa mil euros. Relativamente à hipoteca para as gerações futuras, o Presidente da Câmara
521 disse que o município não se colocava num empréstimo de qualquer maneira, pois teria de
522 respeitar a capacidade e os limites de endividamento. Acrescentou que no passado, com o projeto
523 RUAS, o município de Alcácer do Sal não tinha contraído empréstimos, mas com os trabalhos a
524 mais e erros e omissões tinha cerca de seiscentos mil euros a mais que estavam por pagar, pois
525 eram uma matéria que tinha seguido para tribunal. Terminou dizendo que os empréstimos tinham o
526 prazo de quinze anos.

527 O Deputado José Balona afirmou que, com esta obra, existiria a criação de espaços de
528 estacionamento ordenado, com espaço para táxis e transportes pesados; referiu ainda que o
529 município iria recuperar o investimento em alguns anos, uma vez que eram gastos milhares de
530 euros com o aluguer das tasquinhas e casas de banho, sendo que as mesmas iriam passar a ser
531 fixas, em alvenaria. Os feirantes iriam ter condições para tomarem banho, uma vez que
532 permanecem vários dias no local, principalmente na Feira de Outubro. Existiria ainda um espaço
533 digno para os bombeiros e as forças de segurança, que permanecem no local durante vários dias.

534 O Deputado António Grilo disse que qualquer requalificação de espaços públicos deveria ser
535 valorizada, mas o que estava em causa era o investimento de cerca de cinco milhões de euros e
536 que estavam a comprometer uma dotação financeira elevadíssima para um retorno quanto baste.
537 Terminou dizendo que o custo/benefício desta operação deixava muito a desejar e que, embora o
538 Presidente da Câmara tenha um vasto historial a gerir empréstimos, não se conseguia gerar a
539 receita que outros municípios conseguem criar e, assim, teria de se ver se o investimento iria ter
540 retorno para a vida económica e para a qualidade de vida das pessoas.

541 O Deputado Filomeno Braz disse que o parque de feiras já estava batizado como o parque dos
542 cinco milhões e que esse valor, para uma câmara como a de Alcácer do Sal, era muito dinheiro.

543 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que não o chocava que houvesse empréstimos, desde que
544 fossem empregues em obras visíveis para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

545 O Deputado Serafim Inocêncio declarou que ficava preocupado quando se dizia que este
546 investimento era para três a quatro dias de PIMEL, e os mesmos dias para a Feira de Outubro,
547 sendo que a autarquia deveria pensar que este investimento não era para apenas oito dias durante
548 o ano. Referiu que existiam situações mais importantes para se fazer investimento e mencionou a
549 falta de uma ETAR em Albergaria. Terminou dizendo que a autarquia fazia o que podia, mas que
550 poderia fazer muito mais e em diferentes localidades

551 O Deputado José Balona esclareceu que o espaço que estava a ser discutido não iria servir só
552 para as duas feiras, pois seria também para as festas de finalistas, encontros de idosos, provas de
553 BTT, festas da Oficina da Criança que se realizam durante o ano, mercados mensais e festas da
554 Paróquia da Alcácer do Sal, sendo que vinham muitas pessoas de fora e deveriam receber as
555 pessoas com dignidade. O Deputado terminou dizendo que o valor do investimento era de cerca
556 de um milhão e pouco e não de cinco milhões.

557 O Deputado António Grilo disse que estavam a falar efetivamente de um investimento de cerca de
558 cinco milhões, pois não iriam investir um milhão e sessenta mil euros - eram cinco milhões de euros
559 que eram direcionados para esta obra.

560 O Presidente da Câmara disse que do ponto de vista pessoal não tinha nenhum empréstimo e
561 frisou que o que tinha contraído no passado, tinha sido amortizado dentro do subscrito; assim,
562 sabia o que eram empréstimos e sabia o que eram candidaturas vencedoras. Informou que, através
563 da CIMAL, Alcácer do Sal tinha ganho a abertura de um financiamento de um milhão de euros para
564 as muralhas do castelo; apesar de este valor ser insuficiente, conseguiu-se obter um financiamento
565 através de fundos comunitários. Referiu ainda que, dentro de pouco tempo, iriam amortizar
566 completamente dois empréstimos da CIMAL, que tinham sido uma herança recebida dos tempos
567 da REGI.

568 A Presidente da Assembleia solicitou mais uma vez aos deputados que se mantivessem em
569 silêncio enquanto o Presidente da Câmara estava a falar.

570 O Presidente da Câmara questionou se estavam a pôr em causa a obra ou os empréstimos.

571 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

572 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 9 votos contra do PS, 1**
573 **abstenção da Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do BE.**

574 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
575 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

576 O Deputado Rui Silva leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
577 reproduzida e transcrita, e ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

578
579

580 **02 - Análise e votação da proposta referente à Prestação de Contas de 2018;** (documento aprovado na
581 reunião de Câmara realizada no dia 11/04/2019)

582 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

583 **Intervenções:**

584 O Deputado Serafim Inocêncio disse que iria fazer um comparativo entre o ano de 2018 e o ano de
585 2007 quanto à proposta em discussão. Neste âmbito, e em relação à receita e despesa em 2018,
586 as receitas correntes tinham tido uma subida de 9,9 muito à custa da subida dos impostos diretos,
587 nomeadamente o IMT, comparativamente com o ano de 2017. Este imposto, segundo a CDU em
588 2007, era muito pouco influenciado pelas políticas locais, pelo que as receitas oriundas do mesmo,
589 adequadamente ponderadas, não deviam ser consideradas uma receita consolidada.

590 Em 2018 as receitas de capital tinham decrescido 8.1, descidas das verbas em cerca 60% dos
591 projetos cofinanciados, e foi referido pela CDU em 2007 que era muito pouco para quem tanto
592 ambicionava. Outras receitas tinham decrescido 35.9; redução do saldo orçamental no exercício
593 anterior; em 2018 a receita corrente tinha subido 6.08, essencialmente nas despesas com pessoal,
594 e a CDU, em 2007, tinha referido que mais uma bandeira do atual executivo que tinha caído por
595 terra. Em 2018 a despesa com pessoal equivalia a 54.42 das despesas correntes e, ao somar
596 estas despesas, pessoal, aquisição de serviços, aquisição de bens, transferências correntes,
597 atingia-se um valor de catorze milhões, quinhentos e trinta e um mil euros; fazendo a diferença
598 entre as despesas correntes, daria apenas um milhão e setecentos mil euros para todos os outros
599 encargos.

600 O Deputado Manuel Rocha disse que não tinham feito a análise do orçamento de 2007, mas do
601 orçamento de 2018. Referiu que era uma gestão transparente, com um aumento de receita
602 corrente, com aumentos do IMT e Lançamento da Derrama, sinais de valorização e procura de
603 projetos no concelho. Destacou ainda a resolução de problemas estruturais na área de recursos
604 humanos, com a reposição de direitos dos trabalhadores e resolução de situações precárias.

605 A Deputada Mafalda Panoias pediu esclarecimentos sobre a evolução da despesa, nomeadamente
606 onde estavam explanados três milhões e quatrocentos mil euros, que referiam a aquisição de
607 serviços e um total de despesa de capital de um milhão e quinhentos mil euros. Em relação à
608 despesa de pessoal referiu que entendia, mas a gestão recursos não era feita corretamente, uma
609 vez que continuava muito por fazer, por exemplo, nos espaços públicos.

610 O Deputado José Balona disse que, relativamente à intervenção do Deputado Serafim Inocêncio,
611 não tinha preparado, nem iria fazer comparativos e que a Assembleia Municipal não merecia tal
612 coisa.

613 O Presidente da Câmara pediu à Dra. Teresa de Sousa para responder à questão técnica colocado
614 pela Deputada Mafalda Panoias.

615 A Dra. Teresa de Sousa esclareceu que a aquisição de serviços na autarquia tinha a ver com todos
616 as contratações que tinham de ser feitas ao exterior e passava por despesas com encargos de
617 instalações, iluminação, comunicações, consultadoria, transportes, publicidade, assistências
618 técnicas aos equipamentos, trabalhos especializados e também estavam incluídos os encargos de
619 cobrança de receita e a conservação de bens. O investimento era menor, porque algumas obras
620 tinham ficado desertas, sendo que uma delas tinha ficado a aguardar o visto do Tribunal de Contas,
621 o que fez com que os investimentos programados para o ano de 2018 tivessem sofrido uma
622 derrapagem no tempo - daí não aparecer a execução, sendo que irão aparecer na prestação de
623 contas de 2019.

624 O Deputado Serafim Inocêncio afirmou que estava a analisar a prestação de contas de 2018 e que
625 as despesas de capital tinham decrescido bastante, essencialmente em bens de domínio público,
626 com muito pouco investimento executado e, como a CDU tinha referido em 2007 numa situação
627 igual, ficava mais uma vez provado não tinham capacidade para programar ou captar fundos.

628 O Deputado António Grilo disse que mais uma vez os orçamentos ficavam muito longe da
629 realidade. Questionou sobre uma nota que constava habitualmente no documento, referente aos
630 apoios dados às coletividades e entidades sem fins lucrativos e quem tinha deixado de existir no
631 documento em discussão. O Deputado perguntou ainda sobre o que efetivamente tinha deixado de
632 ser executado.

633 A Presidente da Assembleia pediu para terem um pouco de moderação nos termos que utilizavam,
634 para que não se ofendessem uns aos outros.

635 O Deputado António Grilo afirmou que era com muita revolta que via constantemente o apontar de
636 dedo sempre às mesmas pessoas.

637 A Presidente da Assembleia disse que tinha chamado a atenção de todos.

638 O Dr. Carlos Grenha esclareceu que a nota que costumava vir detalhada contará do relatório que
639 semestralmente são obrigados a fazer.

640 O Presidente da Câmara disse que realmente não tinham cumprido a regra dos 85%, o que teria de
641 ser corrigido, mas olhando para as contas apresentadas, era um mal menor. Em relação ao que
642 não tinha sido executado, referiu não conseguia elencar tudo o que tinha orçamentado e não tinha
643 sido executado, mas isso estava refletido no documento em discussão.

644 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

645 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 9 votos contra do PS, 1**
646 **abstenção da Coligação "Viver Alcácer" e 1 abstenção do BE.**

647 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
648 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

649 O Deputado Manuel Rocha leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá como
650 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

651 O Deputado António Grilo leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
652 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

653

654 ***03 - Análise e votação da proposta referente ao património inicial – regularizações;*** (documento
655 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 11/04/2019)

656 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

657 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

658 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
659 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

660

661 ***04 - Análise e votação da proposta referente à reabilitação de edifício no âmbito da ARU –***
662 ***aplicação das isenções de IMI e IMT previstas no estatuto dos benefícios fiscais;*** (documento aprovado
663 na reunião de Câmara realizada no dia 28/02/2019)

664 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

665 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

666 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

667 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
668 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

669

670 ***05 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de atividades.***

671 **Intervenções:**

672 O Deputado José Balona disse que, relativamente ao relatório de atividades, iria fazer uma
673 comparação com os de 2007, pois na altura era apresentada uma folha A4. A folha era sempre a
674 mesma e numa das sessões da assembleia até se tinham esquecido de mudar a data, enquanto o
675 atual executivo trazia um relatório de atividades trimestrais.

676 O Deputado Serafim Inocêncio disse que nunca tinha dito que o atual documento era mau.

677 **Tomado Conhecimento.**

678 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
679 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

680

681

682 **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

683

684 O munícipe João Reis Mendes referiu que com a leitura das Moções apresentadas dava para
685 entender o que estava a ser discutido. O munícipe questionou o executivo sobre o areeiro do
686 Castelo Ventoso, nomeadamente sobre o funcionamento da empresa que explorava o areeiro.

687 O Vereador Manuel Vítor de Jesus respondeu ao munícipe que não existiam muitas novidades
688 além do que tinha sido informado na última sessão da Assembleia Municipal, mas tinha chegado
689 recentemente um ofício da Direção Geral de Energia e Geologia a colocar algumas questões sobre
690 o que autarquia achava que estava mal no areeiro, sinal de que o processo não estava concluído.

691

692

693 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES**

694 **A Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a aprovação da minuta da ata,**
695 **tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, produzindo efeitos imediatos.**

696 **A referida minuta fará parte integrante da presente ata.**

697

698

699 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

700 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas duas
701 horas e cinco minutos do dia vinte e quatro de abril do ano dois mil e dezanove. Eu, Dina do Carmo
702 Prego Semião Sardo, assistente técnica, redigi a presente ata, que assino com a Presidente da
703 Mesa da Assembleia Municipal.

704

705

706

707 A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

708 

709

710 A ASSISTENTE TÉCNICA

711 

712



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Moção

Pela reposição das freguesias

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objectivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

A extinção/agregação das freguesias, à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos, inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.

A reforma administrativa imposta, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, agravou os principais problemas com que se confrontam as freguesias. Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Num momento em que tanto se invoca a proximidade em nome da “descentralização”, não faz sentido que se mantenha adiada a reposição das freguesias extintas, elas mesmo um elemento essencial da proximidade e resolução dos problemas das populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 23/4/2019 delibera:

1. Lamentar os sucessivos adiamentos das decisões necessárias à reposição das freguesias extintas contra a sua vontade;
2. Reclamar dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República a aprovação das medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias, ainda nesta legislatura, de acordo com a vontade das populações e dos respectivos órgãos autárquicos.

Os eleitos da CDU

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Moção

Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível

A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos.

Preço máximo do passe social intermodal - seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família.

A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida.

Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;

Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal delibera:

1. Incumbir a Câmara Municipal promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu município e no da Comunidade Intermunicipal o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público seja prospectivamente de 30 e 40 euros;
2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público assegurando ainda que a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos;
3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades (ou Área Metropolitana) contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido;
4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível;
5. Exigir da Administração Central, e do governo em particular, as medidas que visem:
 - I) Consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE;
 - II) garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes adectos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de Abril), quer por via do reforço real de meios financeiros;
 - III) reforçar a oferta ferroviária, no imediato pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da EMEF a reparação de material circulante, e a médio prazo pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede.

Os eleitos da CDU

MOÇÃO

No próximo dia 25 de Abril comemoram-se 45 anos sobre a conquista da Liberdade em Portugal.

No próximo dia 1 de Maio celebra-se a data em que foi determinado que o dia 1 de Maio passaria a ser considerado o Dia Internacional do Trabalhador.

Celebrar Abril e Maio é celebrar os dias em que a liberdade renasceu em Portugal é invocar a luta de todos os antifascistas que batalharam durante quase meio século pela instauração dos mais elementares direitos.

É homenagear os que, privados de liberdade, nunca desistiram da força das suas ideias, os que sempre acreditaram que era possível um Portugal livre, solidário, justo e onde todos pudessem exigir a igualdade e a fraternidade.

Quatro décadas e meia passadas comemorar a Revolução de Abril, é não esquecer o caminho que se percorreu na melhoria das condições de vida de um país, em que o obscurantismo era a regra que impunha o silêncio aos que se atreviam a desejar uma vida melhor.

Comemorar Abril e Maio é celebrar o enorme trabalho e a luta do povo português para construir o país melhor, mais justo e mais solidário.

É celebrar um enorme processo de realização da vontade popular, numa afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional. Foi uma Revolução que realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais.

Mas é acima de tudo, invocar a necessidade de fazer cumprir os valores que presidiram à ação dos que acreditaram e acreditam que é possível construir uma sociedade mais justa e mais solidária, por mais e melhor justiça no trabalho e na repartição das mais-valias que gera.

E neste momento que comemoramos Abril é preciso afirmar com muita clareza, que décadas de políticas de direita contra Abril, agravaram de forma brutal todos os problemas nacionais, cuja solução continua adiada: o crescimento de uma dívida sufocante, preocupantes fragilidades no aparelho produtivo; deterioração da situação social e crescimento das desigualdades sociais e regionais; degradação das funções do Estado com uma assinalável regressão na resposta dos serviços públicos, nos mais variados sectores.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida no dia 23 de Abril de 2019, reafirma;

- 1- Que Portugal precisa avançar no caminho de Abril, avançar com esta força da esperança que assume todos os combates por um futuro melhor com confiança. Avançar com uma política que reforce os direitos sociais, que assegure prestações e apoio social dignos, que assegure um sistema público e universal de Segurança Social, e que cumpra com a obrigação de apoiar os mais desfavorecidos e desprotegidos.
- 2- A confiança que permanece na luta dos trabalhadores e do povo, nesse povo que pôs em marcha a Revolução.
- 3- Propõe enviar esta Moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente Presidente de República, Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Governo, Centrais Sindicais e Comunicação Social local e regional.

Os Deputados Municipais da CDU

MOÇÃO

“MAIS PRÓXIMOS DOS CIDADÃOS”

É hoje notória a constante agitação mediática que recai sobre os órgãos autárquicos, seus eleitos e respetivos atos de gestão. Mediatismo este que contribui de forma significativa para aumentar a descredibilização dos eleitos junto da suas populações, levando-as cada vez mais a um maior afastamento da vida política do seu território.

Efetivamente o concelho de Alcácer do Sal apresenta índices de participação dos eleitores bastante reduzidas, sendo disso reflexo a fraquíssima participação nas reuniões públicas dos órgãos municipais, com quase total alheamento das populações mais jovens.

É tempo de nos assumirmos como parte da solução e tentarmos levar às nossas populações mais e melhor informação. É necessário que os membros da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal permitam que os seus trabalhos cheguem até um maior número de cidadãos, promovendo a transparência do próprio órgão (Assembleia Municipal), fomentando a aproximação das nossas populações aos centros de debate e de decisão política.

Hoje é uma prática corrente em diversos órgãos municipais a descentralização dos locais de realização das suas sessões, reforçando um trabalho de proximidade junto dos cidadãos, das instituições e dos agentes económicos, contribuindo para o exercício de uma cidadania ativa.

Tal como previsto no ponto 2 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal: *“Por decisão do presidente da assembleia, ouvidos os membros da mesa e os representantes dos grupos municipais, as sessões poderão decorrer noutra localidade dentro da área do município.”*

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária no dia 23 de abril de 2019, delibera:

1. Recomendar à presidente da mesa da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal a realização de algumas das futuras sessões deste órgão, noutras localidades do concelho de Alcácer do Sal, que não a sede de concelho;
2. Recomendar à presidente da mesa da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal que defina, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, a localização das sessões da Assembleia Municipal previstas até ao final do presente mandato;
3. Que seja dado conhecimento da presente deliberação à AMA – Agência para a Modernização Administrativa e à Associação Transparência e Integridade.

O Grupo Municipal do PS



MOÇÃO

25 DE ABRIL E 1.º DE MAIO

A Revolução dos Cravos, representa a nossa história, a força de um povo, o ressurgir da esperança, o recomeço e a recriação de um novo País, esse dia é o 25 de abril de 1974, tal como refere Manuel Alegre “[...] *esse Abril em que Abril floriu nas armas*”.

O 25 de abril de 1974 que dentro de dias comemoraremos o 45º Aniversário da Revolução, foi o primeiro de muitos passos dados pela liberdade, pela coragem, pela determinação e uma grande abnegação de um grupo de capitães de abril que sabiam sonhar, juntaram-se e com uma grande vontade de mudança trouxeram a liberdade a um povo que há muito ansiava pelo aroma de um cravo vermelho, por isso, nunca serão esquecidos.

O 25 de abril de 1974 que lembramos é um momento de alegria e de esperança e que ficou marcado pelo início da nossa liberdade, da paz, da participação popular, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade mais democrática, mais aberta e mais justa, uma vez que o acesso à educação, à saúde, à cultura, à justiça e à habitação, passaram a ser alguns dos pilares fundamentais da igualdade entre um povo, oprimido durante muitas décadas.

No entanto, o que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, é que os valores de abril que comemoramos, não podem ser banalizados ou esquecidos, por isso, o 25 de Abril que lembramos é um momento de alegria, de esperança, de liberdade, de progresso social e económico, assente num conjunto de princípios de democracia, fraternidade e paz.

O 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, na sequência da luta dos trabalhadores por um trabalho digno, nas ruas de Chicago, assume um grande princípio, o da liberdade sindical, da justiça social, das reformas laborais e das transformações sociais associadas a esta efeméride.

Por isso, não há “25 de Abril” sem “1º de Maio”, não há liberdade, nem democracia sem o respeito integral dos direitos dos trabalhadores num Mundo em que tantos povos lutam por conquistar a sua liberdade.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária no dia 23 de Abril de 2019, reconhece a importância destes factos históricos e congratula-se com a passagem de um renovado 25 de Abril e de mais um Dia do Trabalhador em liberdade,



associando-se às comemorações por todo o País, mas principalmente saudar todos os trabalhadores do Concelho de Alcácer do Sal, que irão celebrar no próximo dia 1 de Maio, mais um dia do trabalhador, procurando lembrar e consolidar os seus ideais, na defesa dos seus direitos, do emprego, do diálogo e da paz.

Viva o 25 de Abril – Viva o 1º de Maio.

Alcácer do Sal, 23 de Abril de 2019

O Grupo Municipal do PS

A enviar: Ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, aos órgãos da Comunidade Intermunicipal dos Municípios do Alentejo Litoral, à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, à comunicação social.

Moção

Acesso aos Cuidados de Saúde no Litoral Alentejano

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64º, proclama que **“todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover” e explicita que o direito à proteção da saúde é realizado “através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”.**

Num claro desrespeito e afronta aos direitos constitucionais dos portugueses, nomeadamente, os residentes no Litoral alentejano, vêm desde anos a esta parte, a serem confrontados por dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, em particular, no Hospital Litoral Alentejano.

Ainda, recentemente, a Bancada da CDU manifestou, em semelhante Moção, a sua preocupação e revolta denunciando as situações graves e inadmissíveis que existem nos serviços de Saúde na região do Litoral Alentejano, que coloca a população residente e os que a visitam, numa situação preocupante.

Hoje, somos, de novo, a denunciar a grave situação da saúde na nossa região, sustentada por diversas queixas que são manifestadas pelos utentes.

Assim, denunciámos o encerramento das 8 camas no serviço de Medicina do H.L.A., consequência da saída de 6 enfermeiros dessa instituição. Este número acresce às 12 camas da unidade de convalescença encerradas no final de 2017.

Dos 12.169 inscritos no Concelho de Alcácer do Sal, todos têm Médico de Família, mas isto deve-se à luta constante junto do Ministério da Saúde, da Administração Regional de Saúde do Alentejo e do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano.

Continuamos a registar elevados Tempos Máximos de Resposta Garantidos no Hospital do Litoral Alentejano(H.L.A.):

Nas Consultas:

- Gastroenterologia tem um tempo de espera de 217 dias;
- Neurologia tem um tempo de espera de 132 dias;
- Oftalmologia tem um tempo de espera de 285 dias;
- Reumatologia tem um tempo de espera de 204 dias;
- Urologia tem um tempo de espera de 186 dias;
- Otorrinolaringologia tem um tempo de espera de 773 dias.

Nas Cirurgias:

- Ginecologia tem um tempo de espera de 392 dias;
- Cirurgia Geral tem um tempo de espera de 223 dias;
- Ortopedia tem um tempo de espera de 239 dias.

Mantêm-se a falta de profissionais, cerca de 260 das mais diversas profissões:

- Médicos;
- Enfermeiros;
- Assistentes Operacionais;
- Assistentes Técnicos;
- Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica;
- Técnicos Superiores de Saúde;
- Engenheiros
- Técnicos de Manutenção

O arrastar deste processo, faz com que os doentes continuem a estar demasiado tempo à espera de cirurgia, de consulta e com que os doentes não tenham acesso a médico de família.

Quanto à necessidade urgente de integrar em Alcácer do Sal a ambulância SIV, dotada de técnicos habilitados com conhecimentos e competências em suporte avançado de vida, trauma e outras de elevada exigência e complexidade, constatamos que este processo se arrasta, sem que o Governo/Ministério da Saúde se digne a fazer cumprir o Despacho nº 5561/2014, de 23 de abril. Conforme é do conhecimento dos Deputados nesta Assembleia, o INEM, vem através da carta enviada, refutar responsabilidades, afirmando que a afetação da ambulância e dos técnicos, está dependente da disponibilização da viatura e da contratação dos recursos humanos, pela Tutela.

Sabemos que existem diversos contactos, nomeadamente, pedidos de audiência à Ministra da Saúde, pela CIMAL e pela Comissão de Utentes do Litoral Alentejano, que não obtiveram qualquer resposta.

Sabemos, que recentemente, o Bastonário da Ordem dos Médicos, vem denunciar, que a mudança de ministro da Saúde foi pior para o sector, acusando o Ministério de andar meses, cito: **a "empatar situações"!**

Segundo o Bastonário, cito: **"A ministra da Saúde tem de ser responsabilizada pelo que está a fazer e pelo que não está a fazer. Os médicos não podem continuar a ser o bode expiatório do Ministério, que não funciona, que não se interessa pelos profissionais e pelos doentes. Isto já ultrapassou a linha vermelha"**

Face ao exposto, os Deputados da CDU, reiteram que - É urgente e necessário agir!

Exigem do Governo um serviço de saúde/serviço de urgência com qualidade, com mais recursos, com mais capacidade de resposta, com mais dignidade e que se resolvam urgentemente os problemas de saúde desta região.

Reforçam a defesa dum Serviço Nacional de Saúde Público, gratuito e ao serviço do cidadão, sob a tutela e gestão do Estado, um serviço de qualidade e para todos, independentemente da etnia, credo ou religião, território e estatuto económico-social.

Os Deputados da CDU – 23.04.2019



DECLARAÇÃO DE VOTO

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

O correto planeamento e programação dos investimentos do Município assumem especial importância no que respeita à eficiente utilização dos recursos disponíveis, nomeadamente os financeiros.

A agenda política do executivo CDU assenta numa lógica de promoção e propaganda que tem ao longo dos últimos anos absorvido e “esbanjado” grande parte dos recursos financeiros do Município sem que exista um retorno efetivo e real para os munícipes e sua correspondente melhoria de qualidade de vida.

Os empréstimos bancários que são submetidos à aprovação desta assembleia evidenciam o mau planeamento deste executivo CDU e demonstram de forma clara que a agenda política eleitoralista é colocada em primeiro lugar, em detrimento de uma estratégia sustentável de desenvolvimento de um território cada vez mais refém desta política.

A constante preocupação da gestão dos recursos financeiros do Município por parte deste executivo CDU fica bem patente quando olhamos de forma minuciosa para as condições que envolvem os empréstimos a contratar, nomeadamente no que respeita aos prazos de carência associados que deixam bem espelhado o esforço que futuros executivos terão de assumir.

Um executivo responsável terá de ponderar seriamente qual a sua capacidade de investimento sem que coloque em causa um dos princípios elementares da gestão pública: o princípio da Solidariedade Intergeracional. Não podemos comprometer hoje os recursos que vão ser necessários para que outros possam ter opção de escolha no futuro.

Nesta conformidade e pelo acima exposto, os deputados eleitos do Partido Socialista votam contra esta proposta de “contratação de empréstimos bancários de médio e longo prazo”.

Alcácer do Sal, 23 de abril de 2019
O Grupo Municipal do PS

Declaração de Voto da CDU sobre o documento de Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2018, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Nesta declaração de voto os eleitos da CDU na Assembleia Municipal querem saudar e dar o seu voto favorável ao Executivo Municipal pelo esforço e pelo resultado obtido no exercício financeiro de 2018.

Da análise efetuada, verifica-se que os documentos apresentam um exercício de gestão transparente, firme, de rigor, alancado num comprometimento de objetivos que foram traçados para o ano 2018.

É nossa opinião, que o exercício de contas e as demonstrações financeiras apresentadas, estão em concertação com as opções fundamentais e as prioridades que foram definidas pelo atual executivo, nomeadamente, mostrando ter feito um uso dos recursos e da capacidade orçamental e financeira, para implementar um conjunto de medidas de política contabilística municipal nos mais variados domínios de modo a garantir um objetivo central: assegurar o desenvolvimento sustentável, satisfazendo as necessidades das populações e promovendo a coesão territorial neste Concelho.

A nossa apreciação é ainda, sustentada, pelo testemunho de obra feita, pela demonstração de condição financeira equilibrada, pela reposição de carreiras e regularização dos direitos dos trabalhadores, bem como, pela resolução das inúmeras situações de vínculos precários.

Mas, também, pelo aumento de receita, nomeadamente, **Receita Corrente** que regista um aumento na ordem do 10%. Em contraciclo, regista-se um decréscimo de **Receita de Capital**, por uma quebra nas verbas associadas a projetos cofinanciados em 2018.

Aumento, ainda, para as receitas de impostos diretos, nomeadamente, no **IMT** e a **Derrama**, que quase duplicaram, demonstrando investimento no concelho.

A contribuir, também, para a receita, a redução dos encargos com energia elétrica, após investimento em novas luminárias de consumo mais baixo (Led's).

Quanto às despesas verifica-se uma diminuição na grande maioria das rubricas, nunca descurando a regularização dos direitos dos trabalhadores e a resolução dos vínculos precários, que no nosso entender, embora seja inscrito nas despesas, deve ser considerado um investimento em recursos humanos qualificados, dotando o município de mais competência em áreas distintas aliando esta premissa a oportunidades de emprego estável a gente do Concelho de Alcácer.

Com relevância, também, a manutenção dos encargos que são fundamentais ao apoio no associativismo, às IPSS, aos Bombeiros, à ação social, às políticas educativas, substituindo-se em algumas destas, às obrigações do Estado.

Mas também, na despesa/investimento em aquisição de bens, como reforço da frota operacional;

Na despesa/investimento para a construção e requalificação de estradas e caminhos agrícolas;

Na despesa/investimento para a requalificação e realização de infraestruturas diversas;

Na despesa/investimento para o cumprimento de um desejo antigo dos alcacerenses, a obra do Museu Pedro Nunes.

Por fim, quanto ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), mais um pagamento injusto por parte da Câmara Municipal, que demonstra uma prestação de contas exemplar.

Antes de finalizar esta declaração, os Deputados de CDU não podem deixar de efetuar uma referência a nova Lei das Finanças Locais, um processo que o Governo vem empurrando com a barriga. Um processo que se mantém pouco transparente, sinuoso, sem definição de quais são as verbas que o estado irá transferir para as autarquias e que deviam ter ficado inscritas no Orçamento de Estado de 2019 conforme consta na Lei-quadro da descentralização.

Um processo de descentralização que resulta de um acordo entre o PS e o PSD, que desfere um rude golpe na causa nobre da verdadeira descentralização, que a CDU vem defendendo, porque quem fica a perder serão as populações e o país agravando as desigualdades e aligeirando as responsabilidades do Estado nas suas funções sociais.



Por tudo o que foi referido, a bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU), obviamente, congratula-se com mais este relatório de gestão, pelo rigor com que ele é apresentado, pelos resultados obtidos e pelo trabalho que ele em si consigna.

No fundo, em cumprimento com os desígnios do projeto da CDU fazendo-o sob a expressão “*Trabalho, Honestidade e Competência*”!

Os Deputados da CDU
2019.04.23



DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

Pela análise da prestação de contas submetida a esta assembleia é nos possível aferir a fiabilidade dos orçamentos e principalmente das taxas de execução do executivo municipal.

As previsões têm ficado sempre afastadas da realidade, deixando ano após ano, bem evidente a gestão deste executivo CDU.

O exercício de 2018 encerra com um resultado líquido do período positivo, em muito influenciado pelo impacto do IMT que apresenta um acréscimo, face ao período homólogo, de cerca de 18,30%. Pois bem, o impacto do IMT resultado dum conjuntura momentânea que não garante uma continuidade de receita constante em anos futuros, deixa antever alguma necessidade de receita para fazer face ao volume crescente de despesas fixas que as demonstrações financeiras do município têm demonstrado, e que têm de forma clara espelhado a gestão deste executivo CDU.

O exercício de 2018 evidencia ainda um aumento nas despesas correntes na ordem dos 6,08%, com especial enfoque para as despesas com pessoal que contam com um acréscimo, face ao período homólogo, de cerca de 5,93% apresentando um valor absoluto de 7.908.933,27€ (54,42% do total das despesas correntes). O peso de encargos fixos na estrutura de gastos do município começa a evidenciar sérias preocupações no que respeita à capacidade de investimento com recurso a meios próprios, deixando antever uma forte pressão sobre a capacidade financeira do município.

Um executivo responsável terá de ponderar seriamente qual a sua capacidade de investimento sem que coloque em causa um dos princípios elementares da gestão pública: o princípio da Solidariedade Intergeracional. Não podemos comprometer hoje os recursos que vão ser necessários para que outros possam ter opção de escolha no futuro.

Períodos houve em que se realizaram investimentos com forte impacto nas contas do município, mas onde uma gestão financeira rigorosa do município permitiu a concretização desses investimentos com recurso a capitais próprios. Períodos esses em que as taxas municipais não eram isentadas "à lá carte" e onde a estrutura de custos do município não carregava um peso de encargos fixos como os que hoje se registam.

Nesta conformidade e pelo acima exposto, os deputados eleitos do Partido Socialista votam contra esta "Prestação de Contas de 2018" apresentada, uma vez que, e tal como refere a CDU aquando da votação da prestação de contas do ano de 2007, [...] *ela não correspondeu aos anseios e aspirações mínimas da população deste Município.*

Alcácer do Sal, 23 de Abril de 2019
O Grupo Municipal do PS

